



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços relacionados à divulgação dos resultados das Eleições 2024 (1º e eventual 2º turno), durante as totalizações parciais e final; bem como a necessidade do bom atendimento à imprensa, eventuais candidatos e respectivos assessores no momento da divulgação dos resultados na Secretaria deste Tribunal.

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário máximo estimado	Valor total máximo estimado
01	Apoio à divulgação do resultado das Eleições/2024	02	R\$ 22.515,92	R\$ 45.031,84
Intervalo mínimo entre os lances				R\$ 1,00
CATSER				14591

1.2. Serão contratadas duas unidades de serviço: 01 (uma) para atender o primeiro turno e 01 (uma) para o segundo turno das Eleições/2024.

1.2.1. As empresas ficam desde já cientes que a não ocorrência do segundo turno dos Pleitos Eleitorais ensejará a rescisão unilateral e amigável do contrato para a prestação dos serviços relativos ao segundo turno.

1.2.2. A simples apresentação das propostas significará a anuência das proponentes com os termos dispostos na cláusula anterior.

1.3. O croqui com a planta baixa a ser utilizado na montagem do ambiente de divulgação dos resultados, consta do Anexo I.b deste Termo de Referência (Layout da Garagem).

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/PRE/DG/GABDG nº 131/2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica do contrato, podendo ser extinta na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 ou após a execução total do objeto.

1.5.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no

SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá deste último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, **Anexo I.a** deste Termo de Referência e no Capítulo 3.

2.1.2. Visando o bom atendimento a imprensa e a transparência do sistema de votação eletrônico, bem como a divulgação dos resultados pela Administração do TRE-MS, faz-se necessário a presente contratação para divulgação da Eleição 2024, pleitos 1º e 2º Turnos.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2024, conforme Processo SEI 0007211-04.2023.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet pela Assessoria de Gestão Administrativa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição dos serviços de apoio à divulgação dos resultados, condições para a prestação do serviço e o preço máximo admitidos estão indicados abaixo:

A) Os serviços compreendem a **divulgação dos resultados das Eleições/2024 (primeiro turno - 06/10/2024 e, se houver, segundo turno- 27/10/2024)**, devendo acompanhar todas as etapas da divulgação de resultados, desde a primeira divulgação até o encerramento dos trabalhos, atendendo à imprensa (jornais/revistas/rádio/TV), eventuais candidatos e respectivos assessores.

A.1) A divulgação dos resultados terá início a partir das 16:00h, se prolongando até a conclusão dos trabalhos referentes às Eleições pelo TRE/MS, podendo adentrar a noite/madrugada.

B) Os serviços de divulgação ocorrerão na sede do Tribunal Regional Eleitoral/MS, na garagem do Anexo, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

C) A empresa contratada deverá fornecer a seguinte estrutura de materiais e equipamentos para a realização dos serviços:

C.1 - Painel de Led

C.1.1.) 02 (dois) painéis de Led Outdoor/Indoor, 3840 Hz,; tipo de Led SMD 1515; passo de pixel 1,86; Pixel por painel 640*480*70; taxa de contraste 4000:1; Angulo de visão (H/V) (º) 160/140; taxa de atualização 3840 Hz; Escala de cinza 14 bits; brilho mínimo (nit) 600; Dimensões do Módulo (LxA)/(mm): 320 x 160; Temperatura do núcleo (K): 2500-9000; com cabo ou conexão para exibir dados provenientes de microcomputador ou notebook com conector VGA, Super Vídeo ou HDMI;

C.1.2) Conforme a descrição do item C1.1., a dimensão do primeiro painel, doravante chamado de Painel 1, a ser colocado na garagem, conforme o croqui constante no anexo I.b, terá as seguintes dimensões: 5 metros de largura por 2,5 metros de altura, com estrutura de fixação para painel Outdoor/Indoor.

C.1.2.1. O painel deverá ser acompanhado de sistema de gestão de mídia independente, notebook ou desktop, operador do sistema capacitado e processadora de vídeo.

C.1.2.2) Conforme a descrição do item C1.1., a dimensão do segundo painel, doravante chamado de Painel 2, a ser colocado na garagem, conforme o croqui em anexo, terá as seguintes dimensões: 5 metros de largura por 3 metros de altura, com estrutura de fixação para painel Outdoor/Indoor.

C.1.2.3) O painel deverá ser acompanhado de sistema de gestão de mídia independente, notebook ou desktop, operador do sistema capacitado e processadora de vídeo.

C.1.2.4) Cabos e fios compatíveis e necessários ao funcionamento dos equipamentos e à instalação de todo o sistema de divulgação.

C.2 - Palco

C.2.1.) O palco a ser montado no Anexo Garagem do prédio sede do TRE/MS, deverá ser composto de: tablado com medidas de 5 metros de comprimento por 3 metros de largura, com altura de **0,40 m do chão**, rampa de acesso, acabamento em carpete cinza e saia lateral em tecido preto.

C.3 - Ilha de Projeção - Controle de Exibição de Resultados

C.3.1.) A ilha de projeção a ser montado no Anexo Garagem do prédio sede do TRE/MS, conforme disposição do croqui em anexo, deverá ser composto de swicher de vídeo com até saídas independentes, ilha de transmissão para gestão dos painéis, sendo que a projeção dos painéis de Led, deverá ter controles independentes, a fim de propiciar projeções de diferentes conteúdos simultaneamente; operador capacitado.

C.4 - Sonorização do ambiente

C.4.1.) A sonorização a ser montado no Anexo Garagem do prédio sede do TRE/MS, conforme disposição do croqui em anexo, deverá ser composto de 04 caixas som ativas line, amplificador de potência 500 watts, caixas acústicas de 450 watts RMS cada, equalizador, 04 microfones sem fio, 02 mesas de áudio, pedestal de microfone; púlpito; sistema de som deverá ser independente a fim de propiciar projeções/som de diferentes conteúdos simultaneamente; podendo ser dividido quando necessário.

D) Disponibilização pela empresa contratada de, no mínimo, **01 (um) técnico com conhecimento na operação do sistema**, inclusive do sistema de som, para acompanhar ininterruptamente todo o processo de divulgação do resultado das Eleições 2024.

E) Os serviços de Divulgação serão acompanhados e orientados por servidor ou comissão de servidores do TRE-MS devidamente designados para acompanhamento e orientação aos serviços a serem prestados.

F) São obrigações e responsabilidades da empresa a ser contratada:

F.1) Fornecimento dos materiais e equipamentos necessários e fornecimento de mão-de-obra especializada para a realização dos serviços de divulgação;

F.2) dispor de equipamentos suficientes de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados, sem interrupção nem omissão em qualquer momento da divulgação dos resultados;

F.3) Condução dos trabalhos de divulgação e monitoramento do sistema instalado, entre outras providências necessárias;

F.4) Os equipamentos deverão ser instalados para o primeiro turno no dia 05/10/2024 (sábado, véspera do 1º turno), das 14:00 as 18:00h, para a realização de testes de funcionamento;

F.5) Os equipamentos deverão ser instalados para o segundo turno, em caso de efetiva ocorrência, no dia 26/10/2022 (sábado, véspera do 2º turno), das 14:00 as 18:00h, para a realização de testes de funcionamento;

F.6) No dia 06/10/2024 e no dia 27/10/2024 (caso ocorra segundo turno dos Pleitos Eleitorais), até as 14:00h, a empresa deverá operacionalizar e testar os equipamentos, de modo que às 15:30h a estrutura esteja pronta para a divulgação dos resultados;

F.7) possuir meio de transporte para a equipe de trabalho e dos equipamentos da empresa, bem como o mobiliário (mesas, cadeiras) necessário à montagem dos equipamentos da empresa.

G) Os resultados deverão ser projetados nos 2 painéis LED outdoor/indoor da garagem, devendo, também, possibilitar a transmissão de outros formatos de vídeo do tipo streaming da internet, canal do Youtube, vídeos institucionais do TRE/MS e conteúdo a ser repassado pela Ascom;

H) A empresa contratada deverá estar ciente de que os serviços poderão se estender até o dia seguinte ao da realização dos pleitos, sem interrupção, devendo o valor da sua proposta contemplar essa possibilidade.

I) Os equipamentos, painel de Led, materiais, deverão ser retirados em até 3(três) dias após a realização de cada turno, com exceção do palco que poderá ficar montado, até a realização do 2º turno, se houver.

3.2. As especificações indicadas acima compreendem o conjunto mínimo de características desejadas para o serviço.

3.3.. A empresa licitante poderá, ao seu critério, ofertar serviço com características superiores às exigidas, desde que não haja a descaracterização do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A CONTRATADA deverá cumprir, no que for possível, para a execução dos serviços em análise, as normas em vigor atinentes à sustentabilidade e à acessibilidade dispostas no art. 4º da Resolução CNJ n. 401, de 16 de junho de 2021;

4.2. Minimizar a geração de resíduos sólidos advindos deste serviço. Deve-se primar pela máxima: Não gerar; Reduzir; Reutilizar; Tratamento e Disposição Final ambientalmente correta.

4.3. Prevenção de Resíduos: pensar em não gerar, ou pelo menos, reduzir a quantidade.

4.4. Gerir de forma correta os resíduos existentes.

4.5. não possuir em sua cadeia de produção empresas que explorem o trabalho infantil, bem como empresas que explorem o trabalho escravo (não possuem inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à

condição análoga à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/201650).

4.6. Além dos critérios acima, adotar-se-se o critério de exclusividade da contratação de empresas ME/EPP, fomentando assim o pilar sócio-econômico da sustentabilidade

4.7. A comprovação da conformidade com o presente Capítulo se dará por meio de DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE a ser apresentada pela licitante quando da convocação do Pregoeiro, na fase de julgamento das propostas.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da contratação e sua complexidade.

Subcontratação

4.9. Para esta contratação será permitida a subcontratação parcial do objeto da licitação, no tocante à locação de Palco.

Vistoria

4.10. Não há necessidade de realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços, facultando-se sua realização pelas empresas interessadas.

4.11. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta, VISITAR e VISTORIAR os locais onde serão prestados os serviços, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

4.11.1. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita junto à Assessoria de Comunicação e Cerimonial, por meio do fone (67) 2107-7017, com o servidor Flávio Alexandre Martins Nichikuma, de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

4.12. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4.13. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

Da Qualificação Técnica

4.14. A licitante **deverá** comprovar sua qualificação técnica, apresentando, no mínimo, 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou ou está executando satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação:

4.14.1. Para fins da comprovação prevista no item anterior, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução, em eventos similares, de serviços de estruturação e apoio a transmissão simultânea de imagens (fotos e vídeos) e dados.

4.14.2. É de responsabilidade da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, cabendo ao Pregoeiro diligenciar para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial – ASCOM, somente aceitará materiais e serviços que atendam a todas as especificações constantes deste Termo de Referência.

5.1.2. A execução dos serviços seguirá o disposto no Capítulo 3 do Termo de Referência.

5.2. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

5.3. O início dos serviços deverá ser agendado com a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial deste Tribunal, sita na Rua Des. Leão Neto do Carmo, n.º 23 - Parque dos Poderes, CEP 79037-100, Campo Grande /MS, no horário de 12h às 17h30, de segunda a sexta-feira, sendo que eventual necessidade de contato pode ser feito pelos telefones (67) 2107.7017 ou (67) 99985-5177, para acompanhar o início da montagem.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão

ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais/serviços ficará a cargo

da Ascom, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do serviço, quantidade, preços unitário e total; e
- b) compatibilidade dos serviços/materiais entregues, com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa.;

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material/serviço.

7.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 6 (seis) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) compatibilidade do serviço/material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- b) realização de testes, que são obrigatórios para o 1º e 2º Turno, sempre no sábado, véspera de eleição, das 14h às 18h no horário indicado no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material e serviços entregues, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.8. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue, **até a próxima quarta-feira**, subsequente ao pleito eleitoral, 1º e 2º turnos, observada a alínea I,

cláusula 3.1. capítulo 3 do Termo de Referência.

7.8.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.9.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.10. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.10.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.11. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.11.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.12. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha,

quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.17. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. Após esta análise preliminar, estando o serviço/material, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991**;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente

válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

e) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou de forma satisfatória serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação.

e.1. Para fins da comprovação prevista no item anterior, considera-se "prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação" a execução, em eventos similares, de serviços de estruturação e apoio a transmissão simultânea de imagens (fotos e vídeos) e dados.

e.2. É de responsabilidade da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, cabendo ao Pregoeiro diligenciar para o esclarecimento de eventuais dúvidas.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 45.031,84 (quarenta e cinco mil trinta e um reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 4269 – Pleitos Eleitorais;
- c) Programa de Trabalho: 02.061.0033.4269.0001;
- d) Elemento de Despesa: 3390.39.59;
- e) Plano Interno: DIV SERVIC1 e DIV SERVIC2;

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

- 12.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência
- 12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 12.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 12.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
- 12.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
- 12.6. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega dos materiais.
- 12.7. Conferir o material fornecido e os serviços prestados, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 13.1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação, na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência (Anexo I).
- 13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
- 13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.
- 13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
- 13.6. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 13.6.1. O mesmo se aplica à subcontratada (nos casos em que o Termo de Referência prevê a possibilidade de subcontratação).
- 13.7. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
- 13.8. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS.

Equipe de Planejamento da Contratação

Adriana Franco Cândia

Integrante Demandante

Flávio Alexandre Martins Nichikuma

Integrante Demandante

Sônia Aparecida Granja Anelli

Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 03/07/2024, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1664675** e o código CRC **014EBECE**.



0002802-48.2024.6.12.8000

1664675v2